



## **PARECER EM CONJUNTO DAS COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SARZEDO AO PROJETO DE LEI Nº 67/2021.**

*“Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2022 a 2025.”*

### **Relatório**

O Projeto de Lei em epígrafe, de iniciativa do Executivo Municipal, vem à estas Comissões para análise, sob os ângulos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, em obediência ao disposto no art. 107 do Regimento Interno desta Casa.

Lido em Plenário no dia 28 de outubro do corrente ano, durante a 18ª Sessão Ordinária, foi encaminhado à Sala das Comissões, e, após apreciação com diversas observações pertinentes, opinou-se pela aprovação haja vista estar dentro dos parâmetros legal, constitucional, jurisdicional e boa técnica legislativa.

É o relatório.

### **Fundamentação**

Nos termos do art. 165, § 1º da Constituição Federal de 1988, o Plano Plurianual – PPA para o período 2022 a 2025 constitui a peça fundamental da Administração Pública, posto que estabelece as metas, objetivos, diagnóstico e ações da administração do governo para o próximo quadriênio.

Trata-se de um instrumento a médio prazo, elaborado de forma estratégica pelo Poder Executivo, que se destina a orientar e ordenar as ações governamentais no atingimento dos objetivos fixados para um período de quatro anos. Neste instrumento estão detalhados os programas temáticos, desdobrados em objetivos, iniciativas e metas, devidamente identificados e posteriormente relacionados nos orçamentos anuais.

A Lei Orgânica Municipal de Sarzedo preconiza em seu artigo 27, IV que compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, deliberar sobre o Plano Plurianual de Investimentos. Também, nesse mesmo diploma legal, o artigo 135, § 3º,



determina que o projeto de lei que estabelece o Plano Plurianual, de iniciativa do Executivo Municipal, será enviado até dois meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro (ou seja, até 15/10).

A importância do planejamento prévio é vital, uma vez que é vedado qualquer investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro sem que tenha prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade, nos termos art. 167, § 1º da CF/88.

Outrossim, para preencher os requisitos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade, o PL aqui analisado, deve observar previamente os princípios e ditames legais previstos nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica Municipal e, no que couber, na Lei de Responsabilidade Fiscal de nº 101/2000.

Acrescente-se, ainda, que o orçamento-programa contribui para o planejamento governamental, pois é capaz de expressar com maior veracidade as responsabilidades do governo para com a sociedade, visto que o orçamento deve indicar com clareza os objetivos perseguidos pelo município, estabelecendo os programas, seus objetivos, indicadores e montantes de recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, na forma dos anexos que acompanham o projeto e farão parte da Lei.

Insta ressaltar que qualquer exclusão ou alteração de programas, bem como a inclusão de novos programas serão propostos pelo Poder Executivo, através de Projeto de Lei de Revisão do Plano ou Projeto de Lei específica. Bem como, junto com o projeto, também se encontram as metas e objetivos do Poder Legislativo, que é parte integrante de todo o PPA.

Considerando que os requisitos legais da iniciativa e da propositura do projeto em análise foram obedecidos *in casu*, opinamos no sentido de que seja aprovado, com 03 (três) emendas, em anexo, a fim de regulamentar o art. 132-A da Lei Orgânica do Município de Sarzedo, bem como o art. 160-A da Constituição do Estado de Minas Gerais e o art. 166-A da CRFB/88, que trata das emendas impositivas.





### Conclusão

Pelos motivos expostos, no que se refere aos aspectos constitucionais, legais e regimentais, o presente parecer manifesta pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, no mérito, opina pela aprovação do Projeto de Lei nº 67/2021, com 03 (três) emendas redigidas em anexo.

Sala das Comissões Frank Landi, em 16 de dezembro de 2021.

  
**Gilberto José da Silva**

Presidente da CCJ

Presidente da C. de Segurança Pública

**José Estêvam Lourenço Neto**

Relator CCJ

Membro da C. Educação

  
**Daniela Cristina Teixeira Salles**

Membro da CCJ

Relatora da C. de As. Social

  
**Antônio Lucena Alves**

Relator Suplente da CCJ

  
**José Luiz de Santana**

Membro da C. Agricultura, Ind. E Comércio

Presidente da C. Educação

Membro da C. de Seg. Pública

**Rodrigo Antônio Ferretti**

Membro da C. de Saúde

Relator da C. Educação

Membro da C. de As. Social

**Gabriele Valeska Henriques**

Relatora da C. de Saúde

Presidente da C. Agric., Ind. Comércio

Presidente da C. de As. Social

  
**Edmilson Miguel Júlio**

Presidente da C. de Saúde

Relator da C. agricultura, Ind. e Comércio

Relator da C. de Seg. Pública